ATA N.º 12/2017

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE DEZEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PENICHE, REALIZADA NO DIA 28 DE DEZEMBRO DE 2017:

Aos vinte e oito dias do mês de dezembro do ano dois mil e dezassete, no Auditório do Edifício Cultural do Município de Peniche, sito na Rua dos Hermínios, na cidade, freguesia e concelho de Peniche, com a participação dos senhores Américo Araújo Gonçalves (PS), Licínio Pereira (GCEPP) e Carlos Manuel de Sousa Policarpo (GCEPP), respetivamente Presidente, Primeiro e Segundo Secretários da Mesa, dos senhores Afonso Rosário Costa Clara (PSD), Pedro Henrique Lourenço Barata (PS), Teresa Cecília Batista Lopes (GCEPP) e Jorge Alberto Bombas Amador (CDU), respetivamente Presidentes das Juntas de Freguesias de Atouguia da Baleia, de Ferrel, de Peniche e da Serra d'El-Rei, e dos senhores Gonçalo Nuno Rodrigues Brás (GCEPP), Maria João Estevam Avelar Rodrigues (PSD), José António Bombas Amador (CDU), Inês Grandela Nunes Lourenço (GCEPP), Ademar Vala Marques (PSD), Henrique André da Silva Estrelinha (PS), Sofia Cecílio Barradas (PSD), Mariana da Conceição Santos Rocha (CDU), Nuno Carlos Alvelos Nico (PSD), Vanda Margarida Duarte Pinto Ferreira (GCEPP), Célia Sousa Martins (PSD), Bruno Miguel Vieira Rasteiro (PSD), Rui Vasco Pereira Serpa Malheiros Cativo (GCEPP), João Carlos Rodrigues Viola (GCEPP), Ricardo José Silva Gomes (PSD), Ana Marta Aleixo Figueiras dos Santos (PS), João Manuel de Jesus Gomes (PS) e Jorge Manuel Azevedo Pinto Guerreiro (CDU), reuniu-se a Assembleia Municipal de Peniche, para continuar os trabalhos da sessão ordinária do mês de dezembro, iniciada a 27 de dezembro de 2017, concretamente os seguintes pontos da ordem do dia:

4) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para as Grandes Opções do Plano do Município de Peniche, para o ano de 2018;

5) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para os Documentos Previsionais do Município de Peniche, para o ano de 2018;

6) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para o Mapa de Pessoal do Município de Peniche, para o ano de 2018;

7) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais do Município de Peniche identificados em orçamento e autorização prévia genérica para assunção de outros compromissos plurianuais em que os encargos financeiros não excedam o limite de 99 759,58 euros em cada ano;

8) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para as Grandes Opções do Plano dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, para o ano de 2018;

9) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para os Documentos Previsionais dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, para o ano de 2018;

10) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para o Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, para o ano de 2018;

11) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para autorização

prévia para a assunção de compromissos plurianuais dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento identificados em orçamento e autorização prévia genérica para assunção de outros compromissos plurianuais em que os encargos financeiros não excedam o limite de 99 759,58 euros em cada ano;

12) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para que os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento possam conceder apoio financeiro ao Centro Social do Pessoal da Câmara Municipal de Peniche.

5.º - Aprovação da minuta da ata.

A sessão foi aberta, pelo senhor Presidente da Mesa, eram vinte e uma horas e cinco minutos, encontrando-se na sala os vinte e cinco membros que compõem a Assembleia Municipal de Peniche.

Os senhores João Carlos Rodrigues Viola (GCEPP), Ricardo José Silva Gomes (PSD), Ana Marta Aleixo Figueiras dos Santos (PS), João Manuel de Jesus Gomes (PS) e Jorge Manuel Azevedo Pinto Guerreiro (CDU), encontrava-se a substituir os senhores António Paulo Brandão Moniz de Jesus (GCEPP), Maria Madalena de Matos Vilhena Sustelo Rosa (PSD), Ana Catarina Manjolinho Mamede (PS), Ângelo Miguel Ferreira Marques (PS) e Sérgio Miguel Franco Martins Leandro (CDU), que comunicaram a sua ausência, nos termos do n.º 2 do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro. Os senhores Maria Leopoldina de Fátima Manteigas (GCEPP), David Pedrosa Antunes (GCEPP), Hélder Marco Rodrigues dos Santos (GCEPP), Elisabete Maria Martins Leal (GCEPP), António Bernardino Aires Ferrão (GCEPP), Tiago Jorge Carvalho Gonçalves (PS), Pedro Miguel Carvalho Maldonado Freitas (PS), Álvaro André Paiva Amador (CDU), Inês Fitas Cação (CDU) e Pedro Manuel Tavares Varão (CDU), por serem os membros que se seguiam nas respetivas listas, também comunicaram a sua ausência.

Assistiram à sessão o Presidente da Câmara, senhor Henrique Bertino Batista Antunes (GCEPP), em cumprimento do estabelecido no n.º 2 do artigo 48.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, a Vice-Presidente da Câmara, senhora Ana Rita Trindade Petinga (GCEPP), e os Vereadores, senhores Mark Paulo Rocha Ministro (GCEPP), Filipe Maia de Matos Ferreira Sales (PSD), Jorge Manuel Rosendo Gonçalves (PS) e Rogério Manuel Dias Cação (CDU).

A sessão foi secretariada pela Chefe da Divisão de Administração e Finanças do Município de Peniche, em regime de substituição, Josselène Nunes Teodoro, coadjuvada pelo Assistente Técnico Pedro Gomes Ferreira.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

4) APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA AS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DO MUNICÍPIO DE PENICHE, PARA O ANO DE 2018:

A Assembleia Municipal passou à apreciação do quarto ponto da ordem do dia, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal, aprovada por maioria, em reunião extraordinária, realizada no dia 14 de dezembro de 2017.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):
Disse que:

Quando se discutia um documento como as Grandes Opções do Plano (GOP), teriam de ter presente que era um resultado de quem presidia à Câmara Municipal e tinha um conjunto de objetivos, ou um programa, e, era assente nesse programa, que se desenvolvia toda a linha condutora do documento. Por isso, as Grandes Opções do Plano espelhavam, sempre, as opções de quem presidia à Câmara Municipal e de uma maioria existente na Câmara Municipal, porque as Grandes Opções do Plano não eram aprovadas só por quem presidia;

Relativamente ao Centro Escolar de Atouguia da Baleia, à segunda fase da obra do fosso da muralha de Peniche e à obra do edifício da antiga central elétrica, eram situações que ele conhecia bem, porque eram a continuidade de coisas que tinham sido iniciadas no mandato anterior, quando ele era Vice-Presidente da Câmara Municipal;

Sobre as questões do reforço de recursos humanos, não tinha qualquer dúvida. A Coligação Democrática Unitária estava sempre a favor do reforço de pessoal para melhorar a eficácia dos serviços, mas lamentava que, durante algum tempo, o Município tivesse sido obrigado a mandar embora tantas pessoas;

Relativamente à questão dos equipamentos, era necessário um contínuo investimento e a Coligação Democrática Unitária, que tinha estado na presidência da Câmara Municipal nos três mandatos anteriores, sempre tinha sentido essa necessidade e, por isso, nos dois anos anteriores, o Município tinha adquirido duas novas viaturas de recolha de lixo, que já estavam ao serviço, uma viatura de dezoito lugares para o transporte de crianças, uma viatura para o Setor de Higiene e Limpeza, uma retroescavadora nova, uma viatura para o Setor de Planeamento e Intervenção Social, duas viaturas usadas, uma *Manitur* e uma máquina de rastos. Anteriormente, também tinham sido adquiridos dois aspiradores urbanos manuais e, entretanto, tinham sido adquiridos mais três. Nos quatro anos anteriores tinham sido vários os equipamentos que as freguesias tinham adquirido com a comparticipação do Município;

A Coligação Democrática Unitária estava perfeitamente de acordo que se desse continuidade às obras iniciadas no mandato anterior;

Não tinha qualquer questão a acrescentar quanto à limpeza urbana, a Coligação Democrática Unitária concordava com tudo o que fosse para melhorar;

A Coligação Democrática Unitária, quando tinha estado na presidência da Câmara Municipal, tinha realizado diversos investimentos no Parque Municipal de Campismo e Caravanismo de Peniche e achava que fazia sentido continuar a investir naquele equipamento;

Tinha verificado, com agrado, que a educação aparecia como uma questão estrutural, o que não acontecia antes de a Coligação Democrática Unitária ter sido ouvida, porque aparecia como a ideia de um debate, e a Coligação Democrática Unitária tinha apresentado a necessidade de revisão da Carta Educativa. A Coligação Democrática Unitária também defendia que era necessário continuar os investimentos no parque escolar, que era o maior da região. O concelho de Peniche era o concelho da região Oeste com o maior número de escolas do primeiro ciclo;

Relativamente ao desporto, para a Coligação Democrática Unitária, havia três bandeiras essenciais, concretamente a Corrida das Fogueiras, a etapa do Campeonato

Mundial de Surf e o Desporto Escolar;

Na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, tinha sido convidado para uma reunião com o senhor Presidente da Câmara, com a senhora Vice-Presidente da Câmara e com a Chefe da Divisão de Administração e Finanças, tendo estado também presentes as senhoras Secretária e Tesoureira da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei. Nessa reunião, a Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei apresentou o documento que já tinha enviado à Câmara Municipal e que era um documento estruturante para quatro anos, porque as Grandes Opções do Plano deveriam ter em conta esse tipo de filosofia;

O referido documento visava a questão da descentralização para as freguesias, o planeamento estratégico da freguesia, a realização de atividades culturais e desportivas, o aumento dos serviços públicos a disponibilizar na freguesia, o mercado da freguesia, a criação de um ATL para os períodos de férias escolares, a rede viária, um parque infantil temático, a mobilidade e o saneamento. A Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei tinha apresentado um documento, não apenas para um ano, mas para o mandato, porque entendiam que deveria ser essa a filosofia que deveria presidir, independentemente de as propostas serem aceites.

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Disse que o sentido do seu voto tinha a ver com a importância que Freguesia de Ferrel merecia, no orçamento municipal, na justa medida de todas as outras freguesias, concretamente na questão do cemitério de Ferrel. Tinham encontrado uma postura construtiva na Câmara Municipal, aquando da reunião da Junta de Freguesia de Ferrel com a presidência da Câmara Municipal, facto que queria sublinhar, porque já chegava de posturas destrutivas contra a Freguesia de Ferrel.

Referiu que, nas Grandes Opções do Plano, existia um cuidado com a proteção florestal do Pinhal Municipal do Vale Grande, um facto que tinha sido alertado várias vezes nas sessões da Assembleia Municipal, mas sem resultados.

Disse, ainda, que, relativamente aos contratos interadministrativos de delegação de competências e de execução de competências delegadas, a Junta de Freguesia de Ferrel estava a aguardar pela sua negociação e sabiam que a Câmara Municipal não poderia fazer tudo o que os executivos anteriores não tinham feito, nos últimos doze anos.

Ademar Marques (PSD):

Disse que:

Fazendo um pouco de pedagogia, as Grandes Opções do Plano eram um conjunto de folhas em que se determinava um rumo e que tinha uma folha de coordenadas para esse rumo, nomeadamente dos montantes a gastar inscritos no orçamento;

Havia uma espécie de *cliché*, que era costume ouvir nas discussões sobre as Grandes Opções do Plano, que era: "*Estas não são as nossas opções.*" Era um facto certo, indiscutível, ele próprio, já o tinha dito no passado. Eram as opções de quem tinha ganhado as eleições e as tinha aprovado, recorrendo, ou não, aos contributos da oposição. No fundo, quem tinha ganhado as eleições, aceitava, ou não, modificar ligeiramente o seu rumo para acomodar a visão dos outros elementos da Câmara Municipal, o que, salvo questões cosméticas, não tinha acontecido, naquele ano, com o novo executivo;

As Grandes Opções do Plano eram um instrumento anual e, por isso, não se exigia que contivessem todas as medidas para todas as áreas, mas era legítimo esperar que, no início de um novo mandato, com um novo partido à frente dos destinos do Município e com um novo presidente na Câmara Municipal, se encontrasse um sinal de uma mudança firme e estrutural. Era exatamente isso que lamentavam não ver nas Grandes Opções do Plano, não era que fossem piores que as anteriores, e, por isso, o voto do Partido Social Democrata era mais de lamento do que de discordância;

O senhor Presidente da Câmara, na apresentação do documento, tinha falado de questões em termos que não constavam nas Grandes Opções do Plano, como a questão da construção de um novo edifício para os Paços do Concelho, contra a qual se manifestava, porque dar condições de trabalho não significava construir novos edifícios, mas, também, a questão da educação, que tinha merecido um cunho de prioridade absoluta, da parte do senhor Presidente da Câmara, que não tinha qualquer correspondência no documento;

Na opinião do Partido Social Democrata, as Grandes Opções do Plano eram manifestamente insuficientes e ficavam aquém de um impulso necessário de mudança de rumo, que viam como essencial. Era naquele momento que as medidas se impunham, porque, no dia anterior, já tinha sido tarde;

Retomando a imagem que já tinha utilizado, as coordenadas e o rumo, no essencial, mantinham-se, relativamente ao executivo municipal anterior, sublinhava que era no essencial, porque não era assim em todas as matérias;

A urgência de certas medidas, nomeadamente no que tocava à atração de investimento e à criação de emprego, prendia-se com a questão essencial de que demoravam a ter efeito. Eram estruturantes, não eram o resultado imediato de despesa, não produziam um efeito visível no curto prazo, mas deveriam constituir uma aposta sem hesitações, porque, sem elas, o futuro tenderia a complicar-se para os jovens e para as famílias;

Por outro lado, a falta de uma visão estratégica, claramente delineada para o futuro, preocupava o Partido Social Democrata, porque estavam fartos de que passar ao lado oportunidades de desenvolvimento, que se deixavam escapar por não haver a devida preparação. Lembrava o que se tinha acontecido com o Centro Escolar de Atouguia da Baleia, que não tinha sido construído no passado, precisamente, por não estarem devidamente preparados;

Tinham de saber o que queriam para cada área de ação e para cada espaço estratégico e como aproveitar cada uma das potencialidades e era isso que esperavam ver nas Grandes Opções do Plano. O adiamento das opções estratégicas e a falta de visão de futuro, uma vez mais, mas de forma especialmente grave, por ser o início de um novo mandato, representavam um potencial desperdício de oportunidades de desenvolvimento que tinham obrigação de sinalizar e de lamentar;

O Partido Social Democrata assumia aquela postura de discordância, mas mantinha, como tinha mantido ao longo dos últimos anos, uma total e cabal disponibilidade para trabalhar e para melhorar cada uma das soluções e para resolver cada um dos problemas que persistiam no concelho de Peniche.

Henrique Estrelinha (PS):

Disse que, antes de se referir às Grandes Opções do Plano para o ano seguinte,

gostaria de dizer ao senhor Jorge Amador que o concelho de Peniche tinha o maior parque escolar da região Oeste porque a Coligação Democrática Unitária, durante os doze anos em que esteve na presidência da Câmara Municipal, não tinha sido capaz de construir o Centro Escolar de Atouguia da Baleia.

Relativa às Grandes Opções do Plano, para o ano de 2018, colocou as seguintes questões, em nome do grupo do Partido Socialista:

Como seria composta e para que serviria a Comissão Municipal Empresarial?

O que pretendia dizer a Câmara Municipal com a frase "*deixar as crianças serem crianças*", que constava no segundo objetivo?

Sendo o turismo uma atividade económica com o maior potencial de desenvolvimento económico do concelho, cuja oferta era necessário melhorar e diversificar, era muito redutor o que aparecia no texto das Grandes Opções do Plano, estavam previstas algumas participações em feiras nacionais ou internacionais, para divulgar o concelho de Peniche e o este pode oferecer? Que eventos estavam previstos para o ano de 2018, para além dos habituais, para divulgar os produtos do concelho?

Que solução iria a presidência da Câmara Municipal apresentar para a Estrada dos Remédios, em Peniche?

Disse, ainda, que:

O grupo do Partido Socialista pensava que deveria haver alguma estratégia municipal, em conjunto com os agrupamentos de escolas, para combater o insucesso e o abandono escolar, o que não constava das Grandes Opções do Plano;

No relacionamento com a Administração Central, o grupo do Partido Socialista considerava que não era suficiente referir nas Grandes Opções do Plano que iriam ter uma boa relação com os ministérios e com as direções gerais, era necessário que, naquele ponto, aparecesse alguma coisa sobre o que o Município queria para o antigo convento de São Bernardino e se o Município defendia, ou não, a construção do IC 11, com ligação à A 8, na zona de Torres Vedras, para escoamento de produtos, por exemplo;

Relativamente à descentralização de competências do Estado para os municípios, nomeadamente na área portuária e na área da educação, era importante mostrar nas Grandes Opções do Plano quais as áreas e até onde a Câmara Municipal estaria preparada para receber competências da Administração Central;

Relativamente à ação social, o grupo do Partido Socialista não tinha nada a dizer. Era um bom capítulo e estava muito completo, o que revelava que os serviços, naquela área, estavam a funcionar bem;

O grupo do Partido Socialista iria abster-se, considerando que era uma forma responsável, como tinha feito no mandato anterior, não impedindo que fosse realizado trabalho em prol do concelho de Peniche. Contudo, considerava que o documento das Grandes Opções do Plano, para o ano de 2019, teria de ser muito melhor.

Sofia Barradas (PSD):

Disse que:

Começava por mencionar que aquela sua intervenção se referia aos pontos quatro e cinco da ordem do dia, concretamente as Grandes Opções do Plano e o orçamento do Município, para o ano de 2018;

As Grandes Opções do Plano e o orçamento eram, no seu entender, documentos fundamentais e estruturantes da política económica de qualquer Município, pelo que

neles deveriam constar as linhas de desenvolvimento estratégico de uma autarquia;

Não deveriam ser entendidos como documentos demasiado generalistas, até porque não era por acaso que eram submetidos à aprovação dos órgãos municipais, mas, obviamente, defendia que deveriam possuir a flexibilidade necessária e suficiente por forma a adaptarem-se ao enquadramento económico e social que, em dado momento, pudesse ser imposto;

Deveriam explicitar, de forma muito objetiva e clara, qual era a estratégia de ação de uma determinada gestão autárquica;

Naqueles documentos, seria de esperar que se encontrassem bem definidas opções de continuidade, de alternativa ou até, inclusivamente, de inversão. Julgava que nas últimas eleições autárquicas tinha ficado clara a vontade dos que tinham exercido o seu direito de voto;

Em seu entendimento, os documentos apresentados, Grandes Opções do Plano, mapas previsionais e orçamento, não expressavam, de forma objetiva e clara, uma alternativa, como seria, no mínimo, expectável, mas, mais do que isso, não expressavam, de forma objetiva e clara, o que a nova gestão autárquica defendia nas várias áreas de intervenção;

Não se iria alongar nos diversos temas, até porque entendia que, por se tratar do início de mandato de uma nova gestão, era essencial dar espaço e dar tempo. Com certeza que, durante o ano de 2018, existiriam oportunidades de discutirem assuntos em particular, ainda assim, existiam três pontos que considerava muito importante realçar e que gostaria de partilhar;

O primeiro ponto, que julgava consensual entre todos os presentes na sala e, inclusive, os que estavam a ouvir a sessão da Assembleia Municipal, era a consideração de medidas que aumentassem a atratividade do concelho para a fixação de pessoas e de empresas e a promoção turística, incluindo a oferta de serviços e espaços de qualidade, que constituíam dois eixos de intervenção fundamentais para o desenvolvimento do concelho de Peniche e não deveriam ser tratados com base em medidas avulsas, como tinha acontecido nos últimos anos. Em seu entender, deveriam ser objeto de planos de médio e longo prazos, de acordo com os quais a autarquia deveria desenvolver agendas próprias que regulassem a sua atividade naqueles dois eixos, de forma concertada e integrada. Naquela fase, não discutia qual seria o melhor caminho, mas considerava imperioso que, fosse o que fosse, fosse pensado e fosse programado;

Destacava, ainda naquele ponto, a necessidade premente de se encetar uma relação institucional muito apertada com a empresa Docapesca, relativamente à zona portuária. A zona portuária de Peniche tinha a particularidade de estar confinante com a zona urbana da cidade de Peniche e de estar num ponto privilegiado da cidade, e, nem que fosse por esse motivo, já seria suficiente para o Município ter a preocupação de pensar em conjunto com outras entidades, nomeadamente com a empresa Docapesca, o reordenamento de toda a zona interior do porto de pesca;

Por outro lado, também se tinha assistido, nos últimos anos, à proliferação de indústrias na zona portuária, o que julgava que tornava mais premente o desenvolvimento do referido relacionamento, até porque não seria desejável que estivessem, de algum modo, sem dar por isso, a originar problemas como já existiam em outros locais da cidade e que, mais tarde, poderia custar caro ao Município e serem

difíceis de resolver;

Se o primeiro ponto talvez estivesse mais relacionado com o desenvolvimento estratégico do concelho de Peniche, por outro lado, achava que não deveria ser descurada a capacidade que o concelho ainda tinha de investimentos estruturantes de caráter básico, que era o tema do segundo ponto, nomeadamente ao nível do saneamento básico, em diversos pontos do concelho, e o abastecimento de água à zona do Baleal;

Relembrava que tinham sido muitos daqueles investimentos de caráter básico, não apenas os relacionados com o saneamento, mas também noutras áreas, que tinham permitido, no passado, a elevação de Peniche a cidade. Tal não teria sido possível se, no passado, não tivesse havido executivos municipais que tivessem investido naquelas áreas;

A falta de investimento naquelas e em outras áreas, começava, também, a limitar a capacidade de se aproveitarem as janelas de desenvolvimento económico e de atrair investimento, o que era preocupante e tinha de haver, de facto, uma rápida inversão naquela matéria;

O terceiro e último ponto que gostaria de salientar dizia respeito à necessidade de planeamento e de otimização das receitas. Sabiam que a dependência financeira das transferências do Orçamento de Estado era uma realidade, assim como a necessidade de recurso aos fundos comunitários, e, naquele campo, exigia definições muito claras, muita visão e, sobretudo, muito planeamento;

Era necessário que se trabalhasse, afincadamente e de forma muito assertiva, na otimização das receitas municipais. Era um trabalho que deveria ser encetado o quanto antes, pois algumas daquelas situações estavam já identificadas havia algum tempo;

Por otimização de receitas entendia não só a regularização de situações já identificadas, mas, também, a procura de diversificação das receitas, não estava a dizer que era fácil, não eram ingénuos, mas era um caminho que tinha de ser traçado, e a melhoria dos serviços disponibilizados pela Câmara Municipal, da qual poderia resultar um aumento da receita;

Dava o exemplo de um caso que lhe era sensível e que tinha tido a oportunidade de dar nota no mandato anterior, que era o Parque Municipal de Campismo e Caravanismo de Peniche, onde julgava que a Câmara Municipal, nos anos anteriores, tinha prestado um péssimo serviço. O Parque Municipal de Campismo e Caravanismo de Peniche era um exemplo onde a melhoria dos serviços disponibilizados poderia trazer mais receitas, embora, naquele caso, muitas outras vantagens se impunham antes daquela, desde logo a imagem do concelho de Peniche, que queriam, sempre, potenciar e tornar cada vez mais atrativo.

José António Amador (CDU):

Agradeceu o trabalho de quem tinha elaborado as Grandes Opções do Plano, porque era um trabalho exigente.

Disse que gostaria de saber que medidas iria tomar a presidência da Câmara Municipal para incentivar o aumento do número de feirantes e o aumento das receitas, uma pretensão que estava referida no penúltimo parágrafo da página catorze das Grandes Opções do Plano.

Relativamente ao ponto vinte e dois, constante na página cinquenta das Grandes Opções do Plano, referente ao mar, disse que sempre tinha estado ligado ao mar e que se

recordava de o senhor Presidente da Câmara, aquando da instalação da Câmara Municipal, ter referido que estava deveras preocupado com o que se dizia sobre a pesca do cerco, contudo, o ano de 2018 estava prestes a começar e ainda não havia definições sobre a pesca do cerco. Gostaria de saber se tinha havido a conversa que o senhor Presidente da Câmara, aquando da instalação da Câmara Municipal, tinha dito que iria ter com o senhor Secretário de Estado das Pescas e se havia boas notícias para transmitir à Assembleia Municipal em relação àquele setor que era vital para o concelho de Peniche.

Referiu que o IC 11 era uma obra de importância vital para os concelhos de Peniche, Lourinhã e Torres Vedras, e gostaria de saber se o senhor Presidente da Câmara tinha alguma novidade em relação àquela obra.

Célia Martins (PSD):

Disse que:

Subscrevia as palavras do senhor Ademar Marques, quanto à análise global das Grandes Opções do Plano, mas gostaria de acrescentar uma nota referente a um tema que lhe era muito sensível;

Os anos anteriores tinham sido passados a lamentar o facto de o anterior executivo, da Coligação Democrática Unitária, ao longo dos seus três mandatos, não ter considerado o ordenamento do território uma prioridade, em particular o Plano Diretor Municipal, que era um instrumento de referência para a gestão do território municipal. A leitura das Grandes Opções do Plano vinha evidenciar, naquele âmbito, uma linha de continuidade;

Era a favor da continuidade quando estavam perante algo que trazia resultados e mais-valias, mas, infelizmente, não era o caso. Em doze anos, o senhor Presidente da Câmara Municipal tinha testemunhado, naquela sala, enquanto membro da Assembleia Municipal de Peniche, as diversas lacunas naquela temática;

Estava expectante acerca da abordagem que a presidência da Câmara Municipal iria apresentar nas Grandes Opções do Plano, mas, tinha acabado por se deparar com um texto que era praticamente uma cópia das Grandes Opções do Plano que tinham sido apresentadas pela anterior presidência da Câmara Municipal, como poderia ser verificado no ponto dedicado ao ordenamento do território, onde os objetivos estratégicos apresentados eram uma transcrição das Grandes Opções do Plano anteriores. Eram objetivos estratégicos que, quando se falava em ordenamento do território se resumiam ao solo urbano e à oferta de habitação, sem querer menosprezar aqueles temas, porque eram muito válidos, mas o ordenamento do território servia de suporte ao objeto das restantes políticas, ou seja, era um tema muito mais vasto;

Lamentava, ainda mais, a interpretação que o senhor Presidente da Câmara fazia do Plano Diretor Municipal, porque, segundo as palavras do senhor Presidente da Câmara, proferidas na primeira reunião daquela sessão da Assembleia Municipal, era um plano que servia, essencialmente, para dinamizar a economia. O munícipe João Neves, quando o senhor Presidente da Câmara tinha proferido aquelas palavras, até tinha abanado com a cabeça, mas não tinha sido apenas o senhor João Neves a abanar a cabeça ao ouvir aquelas palavras. O ordenamento do território era muito mais do que aquilo, mas não lhe competia, naquela sessão da Assembleia Municipal, esclarecer, até porque, no Município, existia um corpo técnico interno, competente, para o fazer;

Da leitura que tinha feito das Grandes Opções do Plano encontrava duas

contradições ligadas àquele tema. A primeira tinha a ver com o facto de o senhor Presidente da Câmara não ter convidado os vereadores da oposição a participarem nas reuniões com a empresa Jorge Afonso Carvalho, Urbanísticas, L.da, ao contrário do que fazia o seu antecessor. A segunda, também com base no que tinha ouvido na primeira reunião daquela sessão da Assembleia Municipal, tinha a ver com uma expressão utilizada pelo senhor Presidente da Câmara, que lamentava, quanto à sua não concordância relativamente a uma proposta referente à Estrada Marginal Norte, em Peniche, quando tinha dito que era contra e tinha de defender a sua dama. Não conhecia com detalhe aquela proposta, mas sabia que ela tinha sido apalavrada numa sessão da Assembleia Municipal, em que tinha participado o professor Jorge Carvalho, e a ideia que tinha era de que era uma proposta estruturante, que deveria ser colocada à discussão;

O que tinha acabado de dizer parecia-lhe que contrariava o que o senhor Presidente da Câmara tinha dito em outros momentos, concretamente que as decisões tinham de ser tomadas por autarcas e pela população. Esperava que, no futuro, isso fosse feito. Esperava que o senhor Presidente da Câmara pudesse corrigir aquelas situações, embora pequenas, para que a discussão dos assuntos fosse promovida e houvesse uma aposta na participação ativa de todos, para assegurar soluções concertadas. Era um repto que deixava à presidência da Câmara Municipal;

Na primeira reunião daquela sessão da Assembleia Municipal, o senhor Presidente da Câmara não lhe tinha respondido, pelo que voltava a perguntar, por se enquadrar nas Grandes Opções do Plano, se já tinha sido avaliada a necessidade dos recursos humanos a afetar para dar continuidade e concluir o processo de revisão do Plano Diretor Municipal, porque era conhecida aquela limitação, assim como para a gestão das ações que estavam preconizadas no programa da Operação de Reabilitação Urbana (ORU) da cidade de Peniche, em que tinha havido, também, a necessidade da afetação de recursos para que o Município conseguisse concretizar todas as ações que estavam naquele projeto, que também era estruturante para o concelho de Peniche.

Presidente da Mesa, Américo Gonçalves (PS):

Solicitou aos grupos que controlassem o tempo de intervenção dos seus membros, para que se cumprisse o Regimento.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que:

A ampliação do cemitério da Freguesia de Ferrel era uma das grandes prioridades do Município de Peniche;

O Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche tinha assumido uma postura construtiva, desde o princípio, só não trabalharia com a presidência da Câmara Municipal quem não quisesse, dentro de uma perspetiva de gestão das prioridades, quer das prioridades de cada uma das freguesias, quer das prioridades de todo o concelho;

O Município iria solicitar às freguesias a execução de algumas obras, mas dependia das prioridades;

Os contratos interadministrativos de delegação de competências e de execução de competências delegadas estavam a ser avaliados e, posteriormente, seriam tema de análise com as freguesias. A proposta final seria da Câmara Municipal e não do presidente da Câmara Municipal;

Tinha dificuldade em responder às críticas que eram feitas pelo Partido Social Democrata porque se socorriam de generalidades. Acusavam a presidência da Câmara Municipal de generalidades, mas também recorriam a generalidades, não apresentavam propostas concretas. No fundamental, não tinha percebido as propostas que tinham sido feitas;

O Partido Social Democrata entendia algumas questões como estruturais, mas ele não as entendia como estruturais;

Para o Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche o acampamento de cidadãos de etnia cigana não era estrutural, era uma prioridade, mas não era estrutural;

As próximas propostas seriam enriquecidas com muito debate;

O objetivo para a educação era o aumento da qualidade do ensino, dentro das competências do Município;

Não era verdade o que tinha sido dito relativamente ao Centro Escolar de Atouguia da Baleia, porque aquele equipamento não tinha sido criado havia mais anos por não terem criado condições de dois polos para o conseguirem mais cedo;

Teria de haver uma estratégia relativamente ao insucesso e ao abandono escolar, que teria de ser discutida por várias pessoas, e não apenas os profissionais da educação;

As pessoas tinham escolhido o Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche por confiarem e não pelas competências profissionais que cada um dos seus membros tinha;

Assumia que, se não resultasse com a sua equipa durante o mandato em curso, não seria candidato ao mandato seguinte;

Gostaria de discutir a questão do turismo e das empresas com mais profundidade. Não era preciso entender muito para entender o que deveria ser a Comissão Municipal Empresarial. Seria um assunto que seria discutido pela Câmara Municipal, a seu tempo, ele não tomaria decisões sozinho;

As feiras nacionais e internacionais dependeriam dos contextos;

O projeto da Estrada dos Remédios, em Peniche, estava a ser trabalhado pelos serviços e, em breve, seria presente a reunião da Câmara Municipal;

Em relação à informação do presidente da Câmara Municipal à Assembleia Municipal, assumia que, cada vez mais, os técnicos do Município se iriam envolver na administração do Município. A presidência da Câmara Municipal estava para liderar um processo, mas só teriam sucesso quando os trabalhadores do Município estivessem com a presidência da Câmara Municipal e percebessem que o Município era uma casa deles, em que tinham de trabalhar e estavam todos imbuídos no mesmo objetivo, que era fazer o melhor pelo concelho de Peniche;

Na Administração Central o que o preocupava eram as empatias e as proximidades e ter condições para negociar e ter bons resultados;

A Avenida do Porto de Pesca, em Peniche, precisava de ter um passeio mais largo, com árvores do lado do porto de pesca, sem existir uma vedação;

Havia tantas coisas para fazer em Peniche que o Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche só poderia brilhar, poderiam aparecer dificuldades, mas lutariam para ultrapassá-las;

Relativamente ao antigo convento de São Bernardino, iriam ver, se houvesse uma boa solução;

O IC 11 já era discutido havia muitos anos, pelo que o ónus não poderia ser

transposto para o atual executivo municipal, quando o Governo da República não o queria aprovar. Naturalmente, todos, em Peniche, subscreviam a construção do IC 11;

A senhora Sofia Barradas tinha toda a razão na maior parte das questões que tinha levantado e agradecia-lhe alguns dos contributos que tinha dado;

Era verdade que os documentos não refletiam todos os objetivos, mas não poderiam duvidar do propósito da presidência da Câmara Municipal de estabelecer uma estratégia de aproximação às empresas e de se criarem melhores condições para as empresas;

Quando dizia que o Plano Diretor Municipal era uma ferramenta e um instrumento fundamental, na sua opinião, para o desenvolvimento económico, para além das questões do ordenamento e de outras questões estratégicas, era porque tinha percebido que tinha potencialidades de o fazer;

Era contra a opção de se acabar com o troço da Estrada Marginal Norte, em Peniche, situado entre o entroncamento com a Rua da Fonte dos Dominguinhos e os Remédios, mesmo que se construísse uma via alternativa no centro da península. Defendia que se construísse uma estrada paralela, ficando a Estrada Marginal Norte como via pedonal e clicável;

O Parque Municipal de Campismo e Caravanismo de Peniche tinha uma grande necessidade de investimento, nomeadamente na vedação, no acesso à praia norte e na segurança;

O aumento das receitas deveriam ter uma finalidade, deveria saber-se onde se pretendia investir;

A presidência da Câmara Municipal pretendia estudar a redução das taxas da feira mensal para aumentar o número de feirantes e aumentar a receita;

O professor Jorge Carvalho, brevemente, iria estar presente numa reunião da Câmara Municipal, mas não concordava que, em reuniões de trabalho, tivessem de estar todos os vereadores presentes, porque não se justificava, porque o propósito dessas reuniões não era o de assumirem compromissos;

Julgava que as estradas marginais da península de Peniche estavam muito maltratadas e tinham de definir o que se pretendia para aqueles espaços.

Gonçalo Brás (GCEPP):

Disse que:

A Assembleia Municipal tinha debatido muito sobre aspetos estratégicos para o concelho de Peniche e queria relembrar que o que estava em apreciação era as Grandes Opções do Plano e, as Grandes Opções do Plano, no âmbito local, não era um plano estratégico, era um plano operacional. Existiam, do ponto de vista conceptual, três tipos de planos, o plano operacional, de curto prazo, até um ano, o plano tático, até dois ou três anos, e o planeamento estratégico, que consagrava, normalmente, um quadro previsional até quatro ou cinco anos;

O que se estava a tratar naquele ponto da ordem do dia era um plano para o ano de 2018. Seria bom que não se confundissem as questões, aquela era uma questão meramente conceptual;

No ponto seis das Grandes Opções do Plano, na página vinte, partilhavam uma visão de futuro, com orientações estratégicas, onde desbravavam algum do caminho que pretendiam trilhar, num futuro próximo. O ponto seis poderia estar no final do

documento, porque era uma visão para o futuro do concelho. Sublinhava que estavam a falar de um plano meramente operacional;

Para encurtar o tempo e porque o orçamento era a expressão monetária das Grandes Opções do Plano, pronunciar-se-ia cumulativamente em relação aos dois documentos;

Eram dois documentos que privilegiavam uma transição, embora o orçamento honrasse compromissos que já vinham do passado, e privilegiava algumas áreas importantes, nomeadamente a limitação da precarização do emprego municipal, melhorar condições de trabalho nos vários departamentos municipais, promover uma maior integração dos serviços municipais e melhoria da relação e comunicação com os munícipes, investimento na modernização e transparência administrativa, modernização dos sistemas de gestão de energia, arborização e ajardinamentos dos espaços urbanos, reabilitação e requalificação urbanas, desenvolvimento do plano de mobilidade urbana sustentada, implementação do Plano de Urbanização do Vale do Grou e desenvolvimento da política municipal para a coesão social, designadamente o gabinete de atendimento social, a autarquia familiarmente responsável, a rede social, a horta comunitária, a proteção de crianças e jovens, equipamentos sociais e o plano gerontológico. Aquelas eram algumas linhas que poderiam retirar daqueles dois documentos, não só do orçamento, como das Grandes Opções do Plano.

Presidente da Junta de Freguesia de Peniche, Teresa Lopes (GCEPP):

Disse que:

Felicitava a presidência da Câmara Municipal, em nome do Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche, pela elaboração das Grandes Opções do Plano, porque, em dois meses de mandato, era muito complicado arrumar uma casa e fazer um documento daquela natureza;

Felicitava o Município por ir começar a mexer no Campo da República, em Peniche, porque, pessoalmente, era a vergonha do povo de Peniche. Falava como penicheira, como presidente da Junta de Freguesia e membro da Assembleia Municipal. Sublinhava que o Campo da República era a vergonha do povo de Peniche, para não falar das marginais e da Nau dos Corvos;

Relativamente aos contratos interadministrativos de delegação de competências e de execução de competências delegadas, em nome da Junta de Freguesia de Peniche, gostaria de ver os relatórios das outras juntas de freguesia, queria saber que apoios o Município iria dar às restantes freguesias;

Cada freguesia tinha as suas características. A sua freguesia era totalmente diferente das outras três, que eram rurais e a sua era a única que era urbana, pelo que era lógico que não tivesse dinheiro para festas, romarias e matanças de porcos, mas tinha para obras;

Gostaria de saber o que as outras juntas de freguesia faziam, porque não era louca para ir fazer, por exemplo, uma Corrida das Fogueiras em maio e colocar esse evento em orçamento, como era lógico. Tinha de haver conta, peso e medida em todas as alíneas do protocolo;

A Junta de Freguesia de Peniche estava disponível para cooperar com o Município e com as restantes freguesias. A Freguesia de Peniche estava muito bem apetrechada em máquinas e equipamentos e as restantes autarquias do concelho

poderiam contar com esses recursos;

Felizmente, a Junta de Freguesia de Peniche já conseguia trabalhar, o que agradecia;

Saudava o ar de alegria dos trabalhadores do Município.

Ricardo Gomes (PSD):

Disse que a sua intervenção seria sobre o ponto treze das Grandes Opções do Plano, que se referia à cultura. De facto, Peniche precisava de uma agenda cultural e era necessário impulsionar o que era e definia o concelho, mas não constava das Grandes Opções do Plano a intenção de um evento de relevância para promover o que era do concelho, concretamente a gastronomia, tanto os produtos da terra como do mar.

Perguntou como estava o processo de candidatura das rendas de bilros a património da UNESCO, uma distinção que seria um orgulho para o concelho de Peniche.

Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, Afonso Clara (PSD):

Disse que os documentos que estavam em discussão, relativamente às juntas de freguesia, concretamente à de Atouguia da Baleia, não eram muito conclusivos, mas fazia fé nas palavras do senhor Presidente da Câmara e nas palavras da sua equipa, não tinha razões para duvidar das suas boas intenções.

Disse, ainda, que havia assuntos na freguesia de Atouguia da Baleia que mereciam acompanhamento, durante o ano de 2018, nomeadamente a questão das autocaravanas, designadamente na localidade da Consolação. Era um assunto que tinha de ser tratado de forma séria, de uma vez por todas. Havia uma série de anos que andavam a patinhar naquele assunto e pensava que nunca tinha havido vontade de resolver o problema. Estava na hora de resolver aquele problema, de forma séria. Para que a solução para o problema passasse pelo Casal Moinho, tinha de se conversar com a Direção da Associação Desportiva e Recreativa do Casal Moinho, de olhos nos olhos e levando propostas sérias para serem concretizadas. A questão das autocaravanas na Consolação era por demais pertinente para que a continuassem a ignorar.

Maria João Avelar (PSD):

Disse que:

As Grandes Opções do Plano eram um documento estratégico e político, pelo que era de grande importância e estava a ser desenvolvida aquela discussão na sua apreciação;

Quando recebiam aquele tipo de documentos, esperavam sempre um pouco mais. Era essa a sensação com que tinha ficado ao ler aquelas Grandes Opções do Plano. Mas, aqueles documentos, eram opções, dos executivos em funções, e deveriam ficar claras;

As opções deveriam ficar claras em vários sentidos. Quer como linhas gerais de desenvolvimento das comunidades, em todas as diversas valências, e deveria ficar claro por se escolheram aquelas opções, como é que os objetivos seriam atingidos e como é que se iria envolver a comunidade nos projetos;

Sempre que se escolhia um projeto era porque havia razões para o escolher, mas os projetos só seriam verdadeiramente projetos quando as populações e as comunidades

os vissem como seus. Era isso que tornava, realmente, um projeto válido para o desenvolvimento das comunidades;

Perguntava o que é que fazia com que um projeto fosse verdadeiramente adquirido pelas comunidades. A resposta estava em muito do que o senhor Presidente da Câmara tinha vindo a dizer nas suas respostas que dava aos membros da Assembleia Municipal, era fazê-lo de uma forma participativa;

O senhor Presidente da Câmara estava a optar por deixar expresso esse compromisso de participação da comunidade, das populações, naturalmente da Assembleia Municipal e restantes órgãos autárquicos, nas opções que iria tomar para o desenvolvimento e para a vida da comunidade a que todos pertenciam;

A participação era uma via importante, mas as Grandes Opções do Plano não tinham expressa essa opção de tornar as decisões participadas, relativamente às grandes questões que estavam delineadas;

Deixava aquele sublinhado e a sua preocupação como um repto ao senhor Presidente da Câmara, para que este traduzisse a sua promessa em ações, a vários níveis;

Gostaria de falar do ponto quinze das Grandes Opções do Plano, referente aos fundos comunitários, que descrevia, com algum detalhe, os grandes projetos que estavam em execução;

Enquanto munícipe e enquanto membro da Assembleia Municipal de Peniche, achava muito importante que o senhor Presidente da Câmara fosse dando informação sobre aqueles projetos. Que fosse fazendo um ponto de situação do que estava a acontecer com aqueles grandes projetos dos fundos comunitários, que eram os maiores projetos e as grandes oportunidades de investimento público, pelo que era importante que a Assembleia Municipal acompanhasse o seu desenvolvimento e eram, com certeza, grandes opções políticas para a equipa do senhor Presidente da Câmara;

Era no desenvolvimento daqueles projetos que poderiam ver, não só as opções políticas do Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche, mas, também, a capacidade efetiva de implementar as condições para se viver melhor no concelho de Peniche. Era para a transparência e para a informação que achava que o senhor Presidente da Câmara devia aos munícipes que lhe deixava um repto;

Todos os pontos das Grandes Opções do Plano eram importantes, mas iria apenas referir-se a mais dois, que não podia deixar de sublinhar;

Um desses pontos tinha a ver com o desenvolvimento económico, que estava integrado no ponto seis das Grandes Opções do Plano, designado por orientações estratégicas;

A questão do desenvolvimento económico era o coração de todas as opções. Sem desenvolvimento económico, sem criação de riqueza, sem criação de condições de atratividade, quer de pessoas quer de investimento, a comunidade de Peniche não era nada;

Achava que, naquele ponto, a Assembleia Municipal merecia um detalhe maior, embora compreendesse que fazer aquele documento em tão pouco tempo não deixava de ser uma dificuldade muito grande, um esforço, que reconhecia, de todos os que tinham colaborado;

O tema era importante demais para ser resumido em algumas linhas das orientações estratégicas, porque Peniche estava numa situação muito particular, porque

não tinha uma zona industrial forte e em produção, como tinham outras terras, não tinha um parque tecnológico, não tinha uma incubadora de empresas e, ainda por cima, tinha a derrama e outros impostos;

Todos aqueles fatores faziam com que, quando o senhor Presidente da Câmara fosse junto de empresários, ou quando os empresários se lhe dirigissem a perguntar o que Peniche lhes poderia oferecer, havia poucas condições para lhes dar, para lhes mostrar que Peniche era uma terra que os podia receber. Qualquer coisa contava;

Não costumava ser muito teimosa, mas queria voltar à derrama. A derrama até poderia ser um pormenor, mas ela tinha trabalhado em estatística e sabia como se faziam os estudos e porque e como se escolhiam as variáveis. A derrama até poderia ser um pormenor, mas o concelho de Peniche estava inserido numa zona em que se tinha de ser competitivo, pelo que qualquer pormenor iria contar;

Para os empresários, cada vez mais, era quase indiferente estarem em Peniche ou em Óbidos. Com as acessibilidades e com as novas formas de comunicação era quase irrelevante onde estava sedeada uma empresa. Peniche tinha de ser competitivo, até nos pormenores;

Lançava o repto para que se fizesse um estudo sobre a mudança de concelho das sedes sociais das empresas, para se fundamentar, muito bem e cientificamente, como convinha, a opção por se manter a derrama no concelho de Peniche;

A preocupação deveria ser a de arranjar atividade, oferecendo condições básicas aos empresários. Os empresários é que iriam fazer mexer o concelho de Peniche, porque os empreendedores, ao criarem postos de trabalho, iriam criar condições de trabalho para as populações, conseguiriam criar riqueza, se fossem bons empresários, e distribuiriam a riqueza com justiça;

Outro ponto que não poderia deixar de falar estava na cultura e na rede museológica. Iria custar-lhe imenso ter de pagar um bilhete para ir apanhar um pouco de ar ou ir até ao Segredo, na Fortaleza de Peniche. Não queria que isso acontecesse, por várias razões, concretamente porque achava que não era justo, porque Peniche não tinha sido ouvido e porque achava que era uma injustiça enorme para a população de Peniche e para os visitantes;

Pedia ao senhor Presidente da Câmara que não desse por adquirido que aquilo pudesse acontecer daí a uns meses e que não desse por adquirido que Peniche não poderia ter um museu do concelho de Peniche numa zona da Fortaleza de Peniche;

Não iria aceitar que aquilo pudesse acontecer, se acontecesse, provavelmente, deixaria de ser membro da Assembleia Municipal de Peniche. No dia em que tivesse de pagar um bilhete para ir visitar a Fortaleza de Peniche, o que pensava que poderia acontecer, nesse dia, desistia, nesse dia, poderiam ter a certeza, deitaria mesmo a toalha ao chão;

Os penichenses sentiam aquela questão muito fortemente e, por isso, pedia ao senhor Presidente da Câmara para não baixar os braços. Os penichenses queriam ter um museu do concelho de Peniche numa zona da Fortaleza de Peniche;

Pedia também ao senhor Presidente da Câmara para não deixar cair as muralhas da Fortaleza de Peniche, porque, se era importante preservar os blocos que tinham servido de prisão política, também era muito importante preservar as muralhas da Fortaleza, porque, sem se preservar as muralhas, não se conseguiria preservar os blocos

da antiga prisão política como memória da luta antifascista.

Ademar Marques (PSD):

Disse que:

O senhor Presidente da Câmara tinha referido, por várias vezes, que nas eleições autárquicas seguintes seria candidato e que havia gente a querer dificultar-lhe a vida. Não conseguia perceber a quem é que o senhor Presidente da Câmara se queria referir, sobretudo porque ninguém colocava em causa a legitimidade e a competência do senhor Presidente da Câmara;

O senhor Presidente da Câmara tinha sido eleito, pelo que tinha legitimidade para ser presidente da Câmara Municipal de Peniche e de apresentar as suas propostas, de as discutir, de as alterar, se quisesse, e de responder às questões que lhe colocam;

A Assembleia Municipal tinha a responsabilidade de fiscalizar a ação da Câmara Municipal e era isso que estavam a fazer, os membros da Assembleia Municipal estavam a cumprir aquilo que era o seu dever. O senhor Presidente da Câmara tinha sido membro da Assembleia Municipal, na oposição e a defender o poder, durante muitos anos, pelo que sabia que era assim;

Cada um dos membros da Assembleia Municipal tinham legitimidade de colocar questões, de ter a sua opinião e de a defender, não pondo, por isso, em causa a competência ou a legitimidade do senhor Presidente da Câmara. Apenas estavam a questionar as opções quando achavam que não eram as mais corretas, porque tinham legitimidade de eleitos para o fazer;

Os membros da Assembleia Municipal tinham falado de questões genéricas e de questões concretas, o senhor Presidente da Câmara tinha respondido às que tinha entendido responder, a outras tinha preferido não responder;

O senhor Presidente da Câmara tinha deixado uma referência à subida na participação municipal no Imposto sobre os Rendimentos de Pessoas Singulares (IRS), de quatro para cinco por cento, mas essa participação já estava em cinco por cento, pelo que já não poderia subir mais. Reiterava o que já tinha dito: aqueles que pagavam, pagariam menos, certamente, mas, aqueles que recebiam, também receberiam mais.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que:

Agradeceria à equipa que tinha elaborado os documentos, porque tinha consciência da sua dificuldade, porque durante doze anos participou nessa função. Felicitava o trabalho realizado, independentemente do seu conteúdo;

O senhor Henrique Estrelinha tinha-o desafiado, relativamente ao parque escolar do concelho de Peniche, pelo que teria de corresponder a esse desafio. Sobre o Centro Escolar de Atouguia da Baleia o senhor Presidente da Câmara tinha respondido muito bem, toda a gente sabia o que se tinha passado com o Centro Escolar de Atouguia da Baleia; tinha sido política. O Centro Escolar de Atouguia da Baleia não tinha sido feito porque tinha havido política ao mais alto nível;

A cidade de Peniche tinha seis escolas do primeiro ciclo, que, na Carta Educativa, não estava previsto que encerrassem, assim como as escolas de Atouguia da Baleia, Ferrel, Serra d'El-Rei, Geraldes e Bufarda. As restantes escolas do primeiro ciclo seriam encerradas. Não era por o Centro Escolar de Atouguia da Baleia não estar construído que

Peniche tinha um grande parque escolar do primeiro ciclo;

As juntas de freguesia não prestam contas à Assembleia Municipal. As juntas de freguesia, eventualmente, teriam de prestar contar à Assembleia Municipal sobre os contratos interadministrativos de delegação de competências e de execução de competências delegadas. Na sua Freguesia quem mandava era a Junta de Freguesia e a Assembleia de Freguesia e fariam tudo o que acharem que era necessário.

Vanda Ferreira (GCEPP):

Disse que:

Quando se entrava numa câmara municipal, que tinha uma estratégia implementada diferente da estratégia que a sua lista pretendia implementar no concelho, não era fácil. Sobretudo quando tinham tido apenas dois meses para fazer essa avaliação;

As Grandes Opções do Plano e o orçamento, para o ano de 2018, eram ainda mais difíceis de estruturar quando era necessário olhar primeiro para dentro e resolver os problemas internos, para fortalecer a estratégia a implementar e projetar uma imagem apelativa do concelho;

As Grandes Opções do Plano eram um documento estratégico, mas não era estático, assim como o futuro também não o era. A realidade daquele dia não seria, certamente, a realidade dos meses posteriores, pelo que era importante avaliar e discutir aqueles assuntos;

Era imperativo que se preparassem e que se munissem dos conhecimentos necessários para que a estratégia fosse estruturada e objetiva;

O trajeto do Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche era simples e era o que todos, no fundo, queriam, que era que Peniche fosse um concelho melhor para todos.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que:

Era óbvio que o Município teria uma agenda cultural e desportiva. O objetivo da presidência da Câmara Municipal era ter uma agenda de todos os eventos que ocorressem no concelho, fossem promovidos pelo Município ou por outras entidades;

A presidência da Câmara Municipal tinha várias propostas para 2019, nomeadamente iriam tentar que o Festival Sabores do Mar voltasse;

A candidatura das rendas de bilros a património da UNESCO estava assumida e a andar dentro das limitações;

Os documentos não poderiam ser mais conclusivos, nomeadamente em relação às freguesias;

Existia uma série de situações por resolver na freguesia de Atouguia da Baleia, nomeadamente o terreno junto ao cemitério de Atouguia da Baleia e a antiga casa da família Vala. Como presidente da Câmara Municipal, não queria controlar tudo, queria era descentralizar, de uma forma séria e responsável;

A partilha com as freguesias era séria, não era demagógica, e tinham de se estabelecer prioridades;

O senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador, nos anos anteriores, enquanto Vice-presidente da Câmara Municipal, tinha resolvido os problemas da sua freguesia, mas as outras freguesias não tinham tido essa sorte e tinham os problemas por resolver;

Entendia que o mercado da Serra d'El-Rei não era uma prioridade igual à ampliação do cemitério de Ferrel ou a antiga casa da família Vala, em Atouguia da Baleia, ou a Estrada dos Remédios, em Peniche;

Não iria entrar em negociatas com as freguesias, quando quisessem votar contra os documentos que votassem;

Convidava todos a serem sérios em relação a todo o concelho;

O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia poderia contar com ele, como ele também contava com o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia e com toda a respetiva equipa;

Esperava que o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia conseguisse fazer mais nos quatro anos do mandato em curso do que tinha sido feito nos doze anos nos três anteriores mandatos, porque ele não queria o mal para nenhuma freguesia, queria era que os senhores presidentes de junta de freguesia resolvessem todos os problemas das suas freguesias;

A obrigação dos autarcas era trabalharem para o concelho;

Relativamente ao problema do aparcamento de autocaravanas na Consolação, concordava plenamente com o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, nomeadamente com a falta de coragem que tinha havido para se resolver aquele problema;

Se havia injustiça que tinha vindo a ser cometida por todos os autarcas do concelho era a falta de envolvimento das pessoas na apreciação dos processos. Quando se conseguisse levar a toda a população o orçamento, mesmo sabendo que era um risco, ganhava a democracia e os autarcas ganhavam o respeito das pessoas;

O próximo orçamento e Grandes Opções do Plano seriam mais participados pela população e esperava não ser, depois, acusado de estar a fazer política com aqueles documentos;

Tinha ido ao Centro 2020 para saber o ponto de situação dos processos dos fundos comunitários, nomeadamente sobre o Centro Escolar de Atouguia da Baleia;

Não concordava com a decisão do anterior executivo de colocar dois vírgula três milhões de euros no edifício da antiga Central Elétrica nem com o projeto que estava aprovado;

Relativamente ao processo do fosso da muralha, havia um desacordo entre o júri, entretanto, tinham-se realizado três reuniões, e o júri tinha tomado uma decisão, por unanimidade. Alguns técnicos do Município iriam juntar todos os contributos que existiam, e outros que pudessem surgir, para apresentarem uma proposta;

Tinha ficado muito surpreendido com a informação que lhe tinha sido dada, depois de ter tomado posse, de que o anterior executivo sabia que o Município tinha de sair rapidamente de dentro da Fortaleza de Peniche e que a decisão estava tomada;

Gostaria de ter negociado politicamente o processo e ganhar mais-valias, mas não tinha podido ser assim, pelo que todos tinham de fazer um esforço para tirar as melhores contrapartidas do processo para o concelho de Peniche;

O protocolo iria a reunião no dia três e ele iria assumir a sua responsabilidade;

Provavelmente, só uma parte do Museu Municipal poderia ficar instalada na Fortaleza de Peniche.

Deliberação n.º 58/2017: Submetida a proposta da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por maioria, com nove (9) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche e pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata, eleito pelo Partido Socialista, quatro (4) votos contra, dos senhores Ademar Marques, Nuno Nico, Bruno Rasteiro e Célia Martins, todos eleitos pelo Partido Social Democrata, e doze (12) abstenções, dos restantes membros eleitos pelo Partido Social Democrata (4) e pelo Partido Socialista (4) e pelos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária (4), aprovar as Grandes Opções do Plano do Município de Peniche, para o ano de 2018.

5) APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA OS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DO MUNICÍPIO DE PENICHE, PARA O ANO DE 2018:

A Assembleia Municipal passou à apreciação do quinto ponto da ordem do dia, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):
Fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal, aprovada por maioria, em reunião extraordinária, realizada no dia 14 de dezembro de 2017.

Ademar Marques (PSD):
Disse que, na primeira reunião daquela sessão da Assembleia Municipal, o senhor Presidente da Câmara tinha referido que o orçamento participativo estava previsto, mas ele não o tinha encontrado no orçamento. Tinha encontrado a referência aos projetos da edição anterior do orçamento participativo, mas não encontrou a rúbrica para a próxima edição.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):
Disse que, como não poderia deixar de ser, o orçamento participativo iria continuar. A rúbrica estava aberta e, quando fosse necessário, haveria a transferência de verbas.

Ademar Marques (PSD):
Perguntou qual a verba prevista para o orçamento participativo.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):
Disse que a verba ainda não estava definida, porque estava mais preocupado com as boas propostas do que com a verba. O propósito era aproveitar as boas propostas e a Câmara Municipal, quando oportuno, deliberaria sobre o assunto.

Deliberação n.º 59/2017: Submetida a proposta da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013,

de 12 de setembro, com nove (9) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche e pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata, eleito pelo Partido Socialista, quatro (4) votos contra, dos senhores Ademar Marques, Nuno Nico, Bruno Rasteiro e Célia Martins, todos eleitos pelo Partido Social Democrata, e doze (12) abstenções, dos restantes membros eleitos pelo Partido Social Democrata (4) e pelo Partido Socialista (4) e pelos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária (4), aprovar os Documentos Previsionais Município de Peniche, para o ano de 2018.

A senhora Sofia Barradas (PSD) apresentou a declaração de voto que a seguir se transcreve:

«*Declaração de Voto:*

A minha abstenção, relativamente aos pontos 4 e 5 da ordem do dia, deve-se, essencialmente, ao facto de estarmos no início de mandato de uma nova gestão, situação que considero ser merecedora do benefício da dúvida. Ainda assim, e como referi na minha intervenção, julgo que teria sido possível que os documentos apresentados fossem mais concretos e completos em algumas matérias e, portanto, ficarei responsavelmente expectante e atenta relativamente à gestão autárquica do próximo ano.»

O senhor Ademar Marques apresentou a declaração de voto que a seguir se transcreve:

«*Declaração de Voto*

Os membros da Assembleia Municipal eleitos pelo PSD votam contra a proposta da Câmara Municipal para as Grandes Opções do Plano para 2018 e Documentos Previsionais da CMP para 2018, pelos seguintes motivos:

- *É um orçamento de continuidade em relação ao que tínhamos anteriormente, que não responde às necessidades de desenvolvimento nem resolve os graves problemas que temos em Peniche;*
- *O concelho de Peniche precisa de opções políticas que permitam que um novo ciclo de desenvolvimento comece, porque só isso trará melhores condições de vida para as pessoas e as famílias;*
- *Ficam de fora das GOP questões essenciais, estruturantes, que não podem ser outra vez adiadas: o tempo passa e as oportunidades de desenvolvimento também;*
- *Ficam de fora das Grandes Opções, questões que no programa eleitoral do GCEPP eram prioridade absoluta, como a questão do acampamento de etnia cigana ou a falta de limpeza nos terrenos privados e públicos;*
- *Áreas como o Turismo, a Saúde ou a Educação não são pormenorizadas em qualquer medida, ação ou orientação, surgem no documento como generalidades, sem concretização, apontando numa clara falta de estratégia, especialmente em áreas estruturais e de importante relevância para o nosso desenvolvimento económico e social;*
- *O documento das GOP 2018 não faz referência a incentivos ao investimento ou à criação de emprego. Para esta área estruturante o documento não define orientação;*
- *As GOP negligenciam que a área do Porto de Pesca de Peniche, sob jurisdição da Docapesca, é uma área estratégia de excelência para implementação de empresa e para a promoção na criação e postos de trabalho;*
- *O ordenamento do território é uma área estratégia de desenvolvimento, que não pode*

ser encarada com uma política "demagógica" de que tudo é possível em 2018;

- *Também de fora, o grande problema do autocaravanismo desregrado. As GOP 2018 não referenciam sequer a temática;*
- *O nosso maior símbolo - o sistema amuralhado da cidade de Peniche – não tem nas GOP 2018 qualquer estratégia de ação para a sua conservação e intervenção;*
- *Albufeira da Rio da Barragem é um ativo fundamental no desenvolvimento do nosso concelho. O que as GOP 2018 apresentam nesta matéria não é mais do que uma generalidade;*
- *Não há uma palavra sobre a gestão das concessões municipais, fundamental para aumentar os recursos disponíveis do Município sem onerar os munícipes;*
- *O Presidente da Câmara Municipal recusou integrar propostas de alteração apresentadas pelo PSD.*

Ademar Vala Marques
Bruno Rasteiro
Célia Sousa Martins
Nuno Nico»

O senhor Henrique Estrelinha apresentou a declaração de voto que a seguir se transcreve:

«*O Grupo Municipal do Partido Socialista abstém-se na votação dos pontos 4 e 5 da ordem de trabalhos da Sessão ordinária da Assembleia Municipal de Peniche pelas seguintes razões:*

1) o documento das Grandes opções do plano para 2018 apresenta algumas falhas e encontra-se incompleto, pelo que o documento para o ano de 2019 deverá ser mais completo e apresentar uma estratégia mais clara nos principais eixos de atuação;

2) ao longo dos últimos anos, o Partido Socialista, tem tido uma postura responsável e positiva, viabilizando sempre os documentos essenciais para o bom funcionamento do município e contribuindo para que o trabalho em prol da nossa terra seja realizado.

O Grupo Municipal do Partido Socialista»

O senhor José António Amador disse que também entregaria declaração de voto, o que não fiz até ao fecho da presente ata.

6) APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA O MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE PENICHE, PARA O ANO DE 2018:

A Assembleia Municipal passou à apreciação do sexto ponto da ordem do dia, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal, aprovada por maioria, em reunião extraordinária, realizada no dia 14 de dezembro de 2017.

Jorge Guerreiro (CDU):

Disse que:

A bancada da Coligação Democrática Unitária estaria sempre de acordo com o reforço de trabalhadores para o Município;

Gostaria de deixar uma nota breve, relativamente às equipas do Setor de Higiene e Limpeza que trabalhavam aos sábados;

Convidava o senhor Presidente da Câmara e os senhores vereadores para irem com ele, ao largo junto ao antigo quartel dos Bombeiros Voluntários de Peniche, em Peniche, a um sábado de manhã, para verem os trabalhadores do Setor de Higiene e Limpeza esconderem os carrinhos manuais entre as viaturas estacionadas no local, para ninguém os ver, e demorarem horas nas compras. Já tinha contado duas horas e meia, para irem para as compras, claramente a gozar com todos;

Já tinha assistido àquela situação dezenas de vezes, e considerava que era uma vergonha. Os serviços de fiscalização deveriam andar a pé, porque a pé se viam muitas coisas;

Chamava também a atenção para o estacionamento do Baleal, porque todos os sábados, junto aos bares, tinha muito lixo;

Quando via os trabalhadores saírem dos armazéns municipais, com os carrinhos manuais, tendo como primeiro objetivo os cafés, fumar um cigarro e fazer uma chamada telefónica, sentia vergonha. Era preferível que ficassem em casa com as famílias;

Como cidadão, estava disponível para, voluntariamente, ajudar no que fosse preciso. Esperava que o assunto fosse resolvido.

Ademar Marques (PSD):

Disse que lamentava que a coerência não fosse uma virtude, porque tinha pena de não ter ouvido aquela intervenção do senhor Jorge Guerreiro havia dois meses, quando, com certeza, os mesmos vícios, a existirem, porque não os conhecia, já se verificavam. Uma vez, tinha falado sobre trabalhadores do Município que andavam com os carros municipais aos fins de semana, sem terem de o fazer, e tinha sido quase ameaçado pelo então presidente da Câmara Municipal de que o iria denunciar, publicamente, a todos os funcionários municipais, porque os estava a insultar, quando era uma coisa que acontecia e, infelizmente, continuava a acontecer em alguns casos.

Disse, ainda, que o senhor Jorge Guerreiro tinha dito que a bancada da Coligação Democrática Unitária estaria sempre de acordo com o reforço de trabalhadores para o Município, mas não era o seu caso. Julgava que deveria haver aumento de trabalhadores apenas nos serviços que, efetivamente, precisavam de mais pessoal, uma gestão que competia ao senhor Presidente da Câmara, mas deveria ser muito criteriosa. A gestão dos recursos humanos, não tinha dúvidas, era muito difícil, mas tinham de ter em conta que o Mapa de Pessoal absorvia a esmagadora maioria dos recursos de que o Município dispunha, o que limitava, enormemente, a capacidade de investimento. Era uma gestão que não era fácil, mas era fundamental e deveria acorrer-se aos serviços que tinham, de facto, um deficit de funcionários, mas não se podia limitar, excessivamente, a capacidade de investimento do Município.

Sublinhou que a bancada do Partido Social Democrata não concordava com a intervenção que tinha sido feita anteriormente.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que a intervenção do senhor Jorge Guerreiro apenas o responsabilizava a ele, quanto às questões que tinha colocado. Como tinha dito o senhor Ademar Marques, tinham de ser coerentes, todos sabiam que existiam dificuldades e existiam pessoas que

tinham determinados comportamentos no seu trabalho, mas os trabalhadores não eram todos iguais e tinha uma opinião diferente dos trabalhadores do Setor de Higiene e Limpeza. Havia trabalhadores que não cumpriam, mas a grande maioria cumpria as suas obrigações. Esta era a opinião da Coligação Democrática Unitária. Tinham sido relatadas algumas situações, que deveriam ser colocadas ao senhor Presidente da Câmara, para serem resolvidas e, acima de tudo, fazer tudo para que não voltassem a acontecer. Relativamente ao Mapa de Pessoal, como já tinha dito na intervenção inicial, em nome da Coligação Democrática Unitária, concordavam com todas as medidas que visassem melhorar os serviços municipais.

Presidente da Junta de Freguesia de Peniche, Teresa Lopes (GCEPP):

Disse que, em seu nome pessoal, não em nome da sua bancada, achava lamentável o comentário do senhor Jorge Guerreiro. Era desprezível ver alguns cromos da figura pública e política estarem às cinco para as nove, junto aos Paços do Município, para verem quem entrava às nove, era lamentável. Só faltava um chicote na mão para impor um clima de terror. O comentário do senhor Jorge Guerreiro era repugnante. Se tinha aquele comentário para fazer, dirigia-se ao senhor Presidente da Câmara, que trataria do assunto.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP): 3 – 33:11

Disse que:

Não iria com o senhor Jorge Guerreiro, de certeza absoluta, porque também lamentava;

A presidência da Câmara Municipal estava a fazer um grande esforço de aproximação às pessoas,

O Setor de Higiene e Limpeza já tinha sido visitado pela presidência da Câmara Municipal e era um dos setores onde havia muitas dificuldades. Muitos dos trabalhadores não tinham contrato com o Município, estavam a cumprir Contratos Emprego Inserção e precisavam de tudo menos do referido pelo senhor Jorge Guerreiro;

Precisavam de acompanhamento, precisavam de perceber quais eram as suas funções, precisavam que a população lhes agradecesse as funções que desempenhavam e precisavam que percebessem que, nos países ditos desenvolvidos, eram funções que eram gratificadas com salários normalmente acima da média, porque faziam o que mais ninguém queria fazer;

Não tinha vergonha de varrer ruas ou carregar caixotes do lixo, se tivesse essa necessidade. Se havia trabalhadores que ele prezava muito e que achava que deveriam ter um tratamento diferencial, em relação a todos os demais, eram precisamente os daquele setor e os do saneamento dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, por serem os serviços mais ingratos;

Lamentava a intervenção do senhor Jorge Guerreiro e se estivesse na bancada da Coligação Democrática Unitária teria feito o mesmo que o senhor Jorge Amador fez;

A presidência da Câmara Municipal estava a fazer precisamente o contrário e estava muito satisfeita com os resultados, pelos comentários que os trabalhadores iam fazendo;

No futuro, os trabalhadores iriam ficar mais felizes, de certeza, porque a presidência da Câmara Municipal iria trabalhar para que eles fossem mais produtivos e

se sentissem melhor e soubessem que tinham autarcas que reconheciam o esforço que era feito;

Um dos comentários feitos à presidência da Câmara Municipal, por uma parte da população, nos primeiros dias do mandato, tinha sido que sentiam que na área da limpeza urbana se sentia um melhoramento;

A presidência da Câmara Municipal não tinha feito nada de excecional, tinha feito o que lhe competia, que era aproximar-se das pessoas e pedir ajuda aos dirigentes e manifestar abertura para receber as suas dificuldades e propostas;

Toda a gente no Município tinha direito a fazer propostas e a apresentar soluções.

Deliberação n.º 60/2017: Submetida a proposta da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e atendendo ao preceituado no n.º 3 no artigo 28.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, por maioria, com dezoito (18) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (8), pelo Partido Socialista (5) e pela Coligação Democrática Unitária (4) e do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, Afonso Clara, eleito pelo Partido Social Democrata, e sete (7) abstenções, dos restantes membros eleitos pelo Partido Social Democrata, aprovar o Mapa de Pessoal do Município de Peniche, para o ano 2018.

7) APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS DO MUNICÍPIO DE PENICHE IDENTIFICADOS EM ORÇAMENTO E AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DE OUTROS COMPROMISSOS PLURIANUAIS EM QUE OS ENCARGOS FINANCEIROS NÃO EXCEDAM O LIMITE DE 99 759,58 EUROS EM CADA ANO:

A Assembleia Municipal passou à apreciação do sétimo ponto da ordem do dia, referente à proposta da Câmara Municipal aprovada por unanimidade, em reunião ordinária, realizada no dia 11 de dezembro de 2017, não se tendo registado qualquer intervenção.

Deliberação n.º 61/2017: Submetida a proposta da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, por unanimidade, com vinte e cinco (25) votos a favor:

1. Conceder à Câmara Municipal ou ao Presidente da Câmara Municipal, conforme caiba a autorização da despesa, autorização prévia favorável para a assunção dos compromissos plurianuais previstos nas Grandes Opções do Plano, para o ano de 2018, ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, conjugado com o artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/12, de 21 de junho.

2. Delegar no Presidente da Câmara Municipal a autorização para a assunção de compromissos plurianuais, não previstos nas Grandes Opções do Plano, para o ano de 2018, que não excedam os 99 759,58 euros em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução não exceda os três anos, ao abrigo do disposto no

n.º 3 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro. Os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da presente delegação serão dados a conhecer à Assembleia Municipal.

8) APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA AS GRANDES OPÇÕES DO PLANO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO, PARA O ANO DE 2018:

A Assembleia Municipal passou à apreciação do oitavo ponto da ordem do dia, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP): 3 – 38:29
Fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal, aprovada por unanimidade, em reunião ordinária, realizada no dia 11 de dezembro de 2017.

Ademar Marques (PSD):
Disse que, tanto quanto sabia, a abertura do concurso para diretor delegado dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento não era do fim do mandato, tinha era se prolongado durante muito tempo, mas julgava que era do princípio do mandato anterior.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):
Disse que se tinha referido ao desenvolvimento do processo, a decisão de abrir concurso era do início do mandato, mas só no fim do mandato é que tinham avançado com o processo, o que não fazia sentido.

Henrique Estrelinha (PS):
Disse que o Partido Socialista não concordava com a hipótese de construção de um novo edifício, porque consideravam que seria melhor adquirir um edifício na zona histórica, que lhe poderia dar vida aumentando a circulação de pessoas.

Ademar Marques (PSD):
Disse que o Partido Social Democrata, pela mesma razão que não concordava com a construção de um novo edifício para os Paços do Município, também considerava que, querendo a Câmara Municipal dar um impulso à reabilitação urbana e havendo essa hipótese através da reabilitação de um edifício para utilização municipal, achava que deveria dar o exemplo. Estando o Município a promover a reabilitação urbana e a querer dar nova vida ao centro da cidade, achava que deveria ser essa a aposta, pelo que concordava com o que o senhor Henrique Estrelinha tinha dito.

Presidente da Mesa, Américo Gonçalves (PS):
Disse que estava em desacordo com os senhores Henrique Estrelinha e Ademar Marques. O Município de Peniche tinha muitas capelinhas. Não havia outro município igual, com cantinhos e museusinhos, serviços dispersos por inúmeros edifícios e a funcionarem em salas pequenas sem espaço para os trabalhadores. Tinham-se perdido todo o tipo de oportunidades, mas era necessário que se começasse por algum lado, e

começar por um edifício para os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento era um bom começo, para, no futuro, continuar com os Paços do Concelho. Pelo que sabia, os espaços à venda no centro da cidade de Peniche não tinham capacidade para albergar todos os setores dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento. Era necessário que se pensasse no futuro e se gastasse o dinheiro numa obra a sério, em vez de se comprarem cantinhos.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que:

Convidava os membros da Assembleia Municipal a irem visitar todos os serviços do Município;

Iria desgastar-se, mas iria lutar pela construção de um novo edifício que centralizasse todos os serviços do Município;

Os trabalhadores do Município de Peniche, incluindo os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, mereciam mais, mas a população de Peniche merecia ainda mais;

Se havia coisa que o arreliava era entrar num edifício e não encontrar em espaço, tipo um pequeno bar, para os trabalhadores;

Não se podia obrigar os trabalhadores a trabalharem com falta de condições;

O Município poderia e deveria criar outras dinâmicas no centro histórico;

O Município tinha de perspetivar o que pretendia em termos de futuro, ao nível do número de trabalhadores e das áreas que tinha disponíveis;

O Município não iria ficar com espaço suficiente na Fortaleza de Peniche para instalar todos os núcleos museológicos, pelo que os atuais Paços do Município poderiam servir para zona museológica ou outros edifícios do centro histórico;

Se o Município vendesse alguns dos edifico de que era proprietário poderia potenciar outros negócios;

Recorrer a um edifício do centro histórico para instalar serviços era recorrer a adaptações e não havia edifícios com dimensões suficientes para instalar todos os serviços;

No centro histórico havia ainda o problema do acesso dos munícipes, nomeadamente ao nível do estacionamento automóvel;

Tinham de dar dinâmicas a todo o concelho, e não apenas ao centro histórico;

Tinham de se criar novos espaços, dentro da cidade e, nesse ponto, estava de acordo com o professor Jorge Carvalho;

Tinha consciência de que os trabalhadores do Município e os munícipes poderiam ter melhores condições;

O atendimento ao público tinha de estar centralizado e instalado num rés-do-chão;

O edifício da antiga central elétrica, onde iriam ser gastos dois vírgula três milhões de euros, deveria ser para instalar um grande auditório, com acessibilidades;

Cada um lutava pelos seus sonhos, ele, como presidente da Câmara Municipal iria lutar pelos seus, os que não concordassem votassem contra e cada um assumisse as suas responsabilidades.

Presidente da Junta de Freguesia de Peniche, Teresa Lopes (GCEPP):

Disse que:

Concordava com a construção de um novo edifício para instalar os Paços do Concelho;

Os serviços do Município estavam instalados em espaços pequenos, cheios de papel, em múltiplos edifícios provisórios;

Existiam serviços que não tinham relação entre si que partilhavam espaços, como a cultura e o desporto com as obras;

Não havia um atendimento centralizado, o que obrigava os munícipes a deslocarem-se por diversos edifícios para tratarem de um único assunto;

As obras no edifício da antiga central elétrica iriam custar dois vírgula três milhões de euros, não se sabendo muito bem para que iria servir;

Não compreendia como é que o Município tinha comprado todo o quarteirão a nascente da Rua 13 de Infantaria, em Peniche, e se tinha esquecido de que tinha de arranjar uma alternativa para as instalações dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento;

Também não compreendia como é que um posto de turismo estava instalado no centro da cidade, sem condições para o estacionamento de autocarros;

O Edifício Cultural do Município tinha uma sala de exposições, mas essa sala tinha três pilares a meio e sete janelas.

Ademar Marques (PSD):

Disse que:

Cada um assumiria, de facto, as suas responsabilidades e as suas prioridades;

De facto, era uma prioridade resolver a falta de condições dos trabalhadores do Município, mas era fundamental ter em conta que um investimento avultado num edifício novo para os Paços do Concelho prejudicaria toda uma série de investimentos necessários e urgentes do Município nas suas infraestruturas e equipamentos, alguns esquecidos havia muitos anos, como a barragem de São Domingos;

Cada um assumiria as suas responsabilidades e cada um assumiria as suas coerências e incoerências. O senhor Presidente da Câmara estava constantemente a dizer que estava disponível para ouvir toda a gente, mas dizia também que, ou era como ele queria, ou votassem contra, o que lhe parecia incoerente;

Julgava que era possível melhorar as condições de trabalho e as condições de atendimento ao público dos serviços do Município sem se construir um novo edifício;

Talvez fosse necessário ter um novo edifício, com melhores condições, mas não era uma prioridade absoluta, porque não ter esse edifício não era a maior indignidade do concelho;

Havia outras questões, muito mais prementes, que condicionavam o desenvolvimento do concelho, e aí, sim, estavam a falar de opiniões políticas distintas e a do Partido Social Democrata era outra.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que:

Não tinha começado por falar dos Paços do Concelho. Tinha começado por falar de um edifício para os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento;

Em relação aos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento havia várias

opções. A presidência da Câmara Municipal tinha ido à procura de várias soluções, inclusive a compra de um prédio com diversos apartamentos, mas não encontrou;

Defendia que fosse construído um edifício novo para os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, num terreno que era propriedade do Município de Peniche;

As áreas de um edifício sito no Largo D. Pedro V, em Peniche, mesmo com a ampliação de mais um piso, não eram suficientes para acomodar todos os setores dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento. Também era necessário quantificar os custos de se comprar o referido edifício, ou outros, e remodela-lo ou construir um novo;

Também tinham de ser avaliadas as questões de acessibilidades;

Relativamente aos Paços do Concelho, o desafio era estudar, fazer uma avaliação de todas as áreas ocupadas pelos serviços do Município, nomeadamente os instalados nos Paços do Concelho, no Edifício Cultural, no Edifício da Parreirinha e no Edifício Vasco da Gama. Não propunha que se fizesse um projeto, mas uma avaliação;

Se houvesse condições para se fazer uma candidatura para cofinanciamento da construção de um novo edifício, porque não se aproveitava? Não estavam a propor a discussão sobre a distribuição de dinheiro para a obra, isso era sair da discussão séria da política, estavam a propor era que se preparasse o terreno;

Não desistiria de que, pelo menos, se estudasse a hipótese de construção de um novo edifício;

A sua ideia era construir um edifício de três pisos mais cave para estacionamento, junto à Avenida Papa Paulo VI, em Peniche. O edifício teria três fachadas com vãos para as artérias confinantes e uma outra fachada cega, para, quando e se houvesse condições, se construíssem os Paços do Concelho encostados a essa fachada cega. Seriam dois edifícios acoplados e com ligação entre si;

A presidência da Câmara Municipal dava o exemplo e nem ele, nem a senhora Vice-Presidente da Câmara, Ana Petinga, nem o senhor Vereador Mark Ministro levavam carros do Município para casa, pelo que era necessário um espaço para se guardarem os carros do Município;

Havia a necessidade de se encontrar um outro edifício para se instalarem os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, esse dinheiro seria gasto, pelo que era importante estudar qual era a solução mais económica;

Com um novo edifício ganhar-se-ia um melhor serviço, um melhor bem-estar e fariam algumas poupanças;

Seria um assunto a discutir em tempo oportuno e a decisão seria da Câmara Municipal;

Aceitaria sempre as maiorias, não aceitava era ser silenciado. Houve situações em que, por opção própria, esteve calado, mas em questões de princípios e de defesa da sua terra não se calaria, como não se tinha calado no passado.

Deliberação n.º 62/2017: Submetida a proposta da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por maioria, com quatro (4) abstenções, dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, e vinte e um (21) votos a favor, dos restantes membros

da Assembleia Municipal presentes, aprovar as Grandes Opções do Plano dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Peniche, para o ano de 2018.

9) APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA OS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO, PARA O ANO DE 2018:

A Assembleia Municipal passou à apreciação do nono ponto da ordem do dia, referente à proposta da Câmara Municipal aprovada por unanimidade, em reunião ordinária, realizada no dia 11 de dezembro de 2017, não se tendo registado qualquer intervenção.

Deliberação n.º 63/2017: Submetida a proposta da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por maioria, com quatro (4) abstenções, dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, e vinte e um (21) votos a favor, dos restantes membros da Assembleia Municipal presentes, aprovar os Documentos Previsionais dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Peniche, para o ano de 2018.

10) APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA O MAPA DE PESSOAL DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO, PARA O ANO DE 2018:

A Assembleia Municipal passou à apreciação do décimo ponto da ordem do dia, referente à proposta da Câmara Municipal aprovada por unanimidade, em reunião ordinária, realizada no dia 11 de dezembro de 2017, não se tendo registado qualquer intervenção.

Deliberação n.º 64/2017: Submetida a proposta da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e atendendo ao preceituado no n.º 3 no artigo 28.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, por unanimidade, com vinte e cinco (25) votos a favor, aprovar o Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Peniche, para o ano de 2018.

11) APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO IDENTIFICADOS EM ORÇAMENTO E AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DE OUTROS COMPROMISSOS PLURIANUAIS EM QUE OS ENCARGOS FINANCEIROS NÃO EXCEDAM O LIMITE DE 99 759,58 EUROS EM CADA ANO:

A Assembleia Municipal passou à apreciação do undécimo ponto da ordem do

dia, referente à proposta da Câmara Municipal aprovada por unanimidade, em reunião ordinária, realizada no dia 11 de dezembro de 2017, não se tendo registado qualquer intervenção.

Deliberação n.º 65/2017: Submetida a proposta da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, por unanimidade, com vinte e cinco (25) votos a favor:

1. Conceder ao Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento autorização prévia favorável para a assunção dos compromissos plurianuais previstos no Orçamento dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Peniche, para o ano de 2018, ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, conjugado com o artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/12, de 21 de junho.

2. Delegar no Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento a autorização para a assunção de compromissos plurianuais, não previstos no Orçamento dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Peniche, para o ano de 2018, que não excedam os 99 759,58 euros em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução não exceda os três anos, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro. Os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da presente delegação serão dados a conhecer à Assembleia Municipal.

12) APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA QUE OS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO POSSAM CONCEDER APOIO FINANCEIRO AO CENTRO SOCIAL DO PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE PENICHE:

Passando a Assembleia Municipal à apreciação do duodécimo ponto da ordem do dia, apenas usou da palavra o senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino (GCEPP), que fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal, aprovada por unanimidade, em reunião ordinária, realizada no dia 11 de dezembro de 2017.

Deliberação n.º 66/2017: Submetida a proposta da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea v) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por unanimidade, com vinte e cinco (25) votos a favor, conceder autorização ao Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Peniche para deliberar sobre a concessão de apoios financeiros ao Centro Social do Pessoal da Câmara Municipal de Peniche, no ano 2018, até ao valor máximo de 37 500,00 € (trinta e sete mil e quinhentos euros).

APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA:

Deliberação n.º 67/2017: Para efeitos de execução imediata, nos termos do número três do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, submetida a votação a minuta da presente

ata, constatou-se a sua aprovação, por unanimidade.

ENCERRAMENTO:

Sendo zero horas e quinze minutos do dia vinte e nove de dezembro, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou encerrada a segunda e última reunião da sessão ordinária de dezembro de dois mil e dezassete, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que contém um resumo do que de essencial nela se passou, nos termos do número um do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, que eu, *Josselène Nunes Teodoro*, Chefe da Divisão de Administração e Finanças, em regime de substituição, subscrevo e com o senhor Presidente da Mesa assino.

Os originais dos documentos referidos nos pontos quatro, cinco, seis, oito, nove, e dez, aprovados nesta reunião, ficaram arquivados em pasta anexa ao livro de atas, nos termos do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 45 362, publicado em 21 de novembro de 1963, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 334/82, de 19 de agosto.

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,

(*assinado no original*)

Chefe da Divisão de Administração e Finanças,
em regime de substituição,

(*assinado no original*)